



**MULHERES DO RIO – A RELAÇÃO DAS  
PESCADORAS COM O “VELHO CHICO” EM  
PIRAPORA – MG**

*RIVER WOMEN - THE RELATIONSHIP OF THE FISHERWOMEN  
WITH THE “VELHO CHICO” IN PIRAPORA – MG*

*MUJERES DEL RÍO - LA RELACIÓN DE LAS PESCADORAS CON  
EL “VIEJO CHICO” EN PIRAPORA – MG*

**Anderson Willians Bertholi <sup>(1)</sup>**

**Ivani Batista Paim <sup>(2)</sup>**

<sup>(1)</sup> *Doutor em Geografia e professor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Montes Claros, MG, BR e docente do PPGGeo do Departamento de Geociências da Unimontes.*

E-mail:

[andibertholi@gmail.com](mailto:andibertholi@gmail.com)

<sup>(2)</sup> *Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.*

E-mail:

[andibertholi@gmail.com](mailto:andibertholi@gmail.com)

### Resumo

O recorte espacial da pesquisa contemplou o trecho da margem direita do “Velho Chico”, em Pirapora - MG, desde a Ponte Marechal Hermes até a área do antigo confinamento da Fazenda da Prata, onde se localiza a Colônia de Pesca Z-01, criada por um grupo de mulheres ribeirinhas. As margens do São Francisco em Pirapora - MG carregam em sua história a luta das mulheres ribeirinhas, em sua grande parte atuando concomitantemente na atividade pesqueira e na lavra da terra. Nesse sentido, o objetivo do seguido texto foi desvelar o protagonismo destas mulheres no processo produtivo local e no autossustento familiar, entendido aqui como um movimento de resistência e empoderamento atrelado à geografia do rio. A partir de uma pesquisa bibliográfica-documental e da coleta de dados primários foi possível reconhecer a íntima relação e dependência desse grupo social relevante com o São Francisco. Cabe destacar a capacidade de organização dessas ribeirinhas, bem como os saberes e fazeres tradicionais que elas sustentam como base da coletividade no território da Z-01, configuração essa que traduz a relação estreita entre a história e a geografia de um lugar peculiar às margens do “Velho Chico”.

**Palavras-chave:** Rio São Francisco, Pirapora, Mulheres-pescadoras-lavradoras, Resistência.

### Abstract

The space cutout of the search contemplated the stretch of right bank of old Chico, in Pirapora - MG, from Marechal Hermes Bridge to the area of the old confinement of Fazenda da Prata, where the Fishing Colony Z-01, created by a group of riverside women, is located. The banks of the São Francisco River in Pirapora carry in their history the struggle of the riverside women, most of them acting concurrently in fishing and farming. In this sense, the objective of the following text was to unveil the protagonism of these women in the local productive process and family self-support, understood here as a movement of resistance and empowerment linked to the geography of the river. From a bibliographic-documentary research and primary data collection it was possible to recognize the close relationship and dependence of this relevant social group with the São Francisco. It is worth highlighting the ability of organization of these actors, as well as the traditional knowledge and practices that they support as the basis of the collectivity in the territory of the Z-01, configuration that translate the close relationship between the history and geography of a peculiar place to the banks of the "Old Chico".

**Keywords:** São Francisco River, Pirapora, Farmer-Fisher-women, Resistance.

### Resumen

El corte de espacio de la investigación incluyó el trecho de la margen derecha del “Viejo Chico”, en Pirapora - MG, desde el puente Marechal Hermes hasta el área del antiguo encierro de la Fazenda da Prata, donde se encuentra la Colonia de Pesquería Z-01, creada por un grupo de mujeres ribereñas. Las orillas del São Francisco en Pirapora llevan en su historia la lucha de las mujeres ribereñas, la mayoría de ellas actuando simultáneamente en la pesca y la agricultura. En este sentido, el objetivo del siguiente texto fue desvelar el protagonismo de estas mujeres en el proceso produtivo local y el autoabastecimiento familiar, comprendido aquí como un movimiento de resistencia y empoderamiento asociado a la geografía del río. A partir de una investigación bibliográfica-documental y una selección de datos primarios, fue posible reconocer la íntima relación y dependencia de este grupo social sobresaliente con el São Francisco. Vale señalarse la capacidad de estas mujeres para organizarse, así como los conocimientos y prácticas tradicionales que ellas apoyan como base de la colectividad en el territorio de Z-01, una configuración que refleja la estrecha relación entre la historia y la geografía de un lugar peculiar de los márgenes del "Viejo Chico".

**Palabras clave:** Río São Francisco, Pirapora, Mujeres-pescadoras-campesinas, Resistencia.



## 1. Introdução

O núcleo familiar reflete pontualmente toda uma superestrutura conduzida pelo sistema econômico, cujas premissas hegemônicas são traduzidas por uma dinâmica contraditória.

Tal dinâmica pode ser pensada como estratégia de acomodação desses conflitos que são parte fundante do modo de produção dominante.

Nesse sentido, as mulheres também assumem um papel primordial no contexto da luta de classes, uma vez que se apoderam de funções essenciais dentro das relações sociais do tratado núcleo, permitindo assim a acomodação dos interesses de outras escalas geográficas, da comunidade, da região, da nação.

Não obstante e paradoxalmente, também garantem, através da assunção de múltiplas funções, a sobrevivência ao referido sistema segregador que historicamente não previu o lugar de destaque das mulheres mas que, diante das impactantes transformações sócio-econômicas da contemporaneidade tende a se render ao lugar de excelência que estas depreendem ao curso da civilização.

É nesse contexto em que se encontram as *Mulheres do Rio*, a de resistência dentro de uma dinâmica desigual e combinada. Desigual as enquadra verticalmente num movimento que visa a reprodução da vida, e combinado, porque as inclui no sistema, ainda que de maneira precária mas cuja atuação é essencial para a manutenção do modelo hegemônico em questão.

Garantir a reprodução do núcleo familiar pode significar uma liberação dos demais membros como reserva de força de trabalho geral.

No caso específico de Pirapora as mulheres pescadoras garantem a reprodução social das famílias enquanto os maridos e filhos se lançam às indústrias locais, submetendo-se à lógica do assalariamento.

Nesse sentido, a ideia central deste trabalho é retratar, descrever e mostrar o modo de vida das pescadoras ribeirinhas da margem direita do rio São Francisco, em um trecho que abrange a cidade de Pirapora, Minas Gerais de onde estas se organizaram e criaram uma Colônia de Pesca, chamada de Z-01, como assunção de novas funções sociais, diante de um contexto de reorientação da força de trabalho masculina para o setor industrial da cidade, bem como, e também por consequência, dos impactos ambientais decorrentes dessas re-orientações sócio-econômicas.

As mulheres, trabalhadoras da pesca, atualmente representam uma importante força de trabalho para a comunidade local. No entanto, esse trabalho desenvolvido pelas pescadoras ainda é pouco reconhecido, dada a cultura patriarcal predominante.



Essa mulher pescadora é responsável pelo trabalho doméstico e de todas as demais tarefas que podem incluir também os afazeres do quintal, da lida com os pequenos animais, do cultivo das hortas e pomares, tudo isso combinado com a pesca artesanal, uma força produtiva de um cotidiano árduo desse que é um grupo social de relevância para a economia e sociedade locais.

Pelo senso comum tais atividades não são reconhecidas como econômicas uma vez que não são assalariadas.

Por esse motivo a mulher, apesar de representar impactante fatia da força de trabalho social e realizar atividades voltadas para o consumo, tem seu papel diminuído nas estatísticas oficiais quando se analisam todas essas atividades como sendo complementares aos afazeres domésticos, incluindo-se a desgastante tarefa da pesca artesanal.

Diante da superexploração a que estão submetidas estas mulheres pescadoras resistem através de outras estratégias de organização e fortalecimento de suas coletividades, marcando decisivamente a construção da identidade feminina no processo político através da conquista de direitos básicos.

Essas populações ribeirinhas têm um potencial de saberes e fazeres que traduzem parte da riqueza cultural do país. Suas expressões e modos de vida são exemplos de luta e resistência dos chamados povos tradicionais, no campo e na cidade dos mais variados lugares e geografias.

As *Mulheres do Rio* de Pirapora-MG, por sua vez, carregam a originalidade de um grupo que ocupa um espaço da área rural do município, mas que tem sua territorialidade conduzida pelo curso d'água, sua atuação está, portanto, ampliada ao trecho que corta todo o perímetro urbano da referida cidade.

Não obstante, o objeto geográfico “Rio São Francisco” se entrelaça à referida dinâmica, assim como um rio-discurso, que conduz-traduz o emaranhado de relações peculiares ao longo do seu trecho da Z-01, entre a Ponte Marechal Hermes e o antigo confinamento da Fazenda da Prata.

Cabe também destacar o protagonismo do rio, uma vez que este sucumbe às mesmas determinações que atingem a reestruturação social e, que nesse caso, refletem-se nos impactos ambientais decorrentes da expansão da atividade industrial e da expansão urbana desordenada, recentes.



## 2. O objeto geográfico: “Rio São Francisco”

Em diferentes períodos da história brasileira, o rio São Francisco foi reconhecido como a base física da unidade nacional.

Tal entendimento implica em uma abordagem de estudo centrada nas relações entre o geográfico e o cultural, pois, para compreender o “Velho Chico” é necessário entender a complexa interação entre o homem e a natureza.

A construção da identidade deste rio como base física desde a época Imperial resulta, portanto, da interação das suas dimensões físico-natural, econômica, política, social e cultural.

Para maior percepção da importância do rio São Francisco historicamente, é necessário saber como estava definido o território brasileiro no Século XIX.

Nos Séculos XVI, XVII e XVIII, o conhecimento do território brasileiro ainda era precário, todavia, segundo Diegues Júnior (1972, p. 121), a base física do Império erguido em 1822 estaria subordinada ao “processo de ocupação humana”.

Ainda, conforme Diegues Júnior (1972, p. 121), “a expansão, penetração e a ocupação do espaço brasileiro se iniciou pelo litoral e depois seguiu na direção dos sertões baiano e pernambucano, numa incursão para o Oeste, cuja rede de drenagem do vale do São Francisco serviu para irradiar a ocupação humana não-índigena pelo território nacional”.

Ainda, no Século XVI, segundo Diegues Júnior (1972, p. 129) já estavam conhecidos os três principais cursos do São Francisco: o Baixo, o Médio, e o trecho mineiro, já nas proximidades do Alto São Francisco.

Durante o Século XVI, várias expedições exploradoras vasculharam o Vale do São Francisco, partindo de Olinda, Pernambuco e Salvador, Bahia.

A região constituía passagem para o gado e mercadorias diversas, que se destinavam aos sertões do Piauí e às demais terras próximas.

Surgiram, então, pequenos centros urbanos, mas, só a partir do Século XVII que se dá início, a um povoamento sistemático do Vale do São Francisco, realizado principalmente, por pernambucanos, baianos e paulistas.

No Alto Vale, os paulistas descobriram grandes riquezas minerais, sobretudo o ouro, permitindo assim seu adensamento populacional, transformando-se assim num importante centro consumidor que estimulou a criação de gado, atividade já existente no Médio Vale.

Complementavam-se as civilizações das minas e do couro, efetivando-se a integração econômica do Sertão. Foi por esse motivo que o rio São Francisco ficou conhecido como o ‘Rio da Unidade Nacional’, pelo seu papel de rede de ligação entre o Sudeste e o Nordeste brasileiro.



Para Franco (1975, p. 191), o rio São Francisco apresenta-se definido nitidamente pelos “especialistas de domínios claramente reconhecidos, definidos e balizados” enfim, pelo geógrafo, geólogo e hidrólogo como acidente geográfico, entretanto, o mesmo não ocorre com o rio São Francisco dos historiadores.

Não há como desconsiderar esses seus contornos geográficos, pois, são fundamentais para o seu reconhecimento e sua definição como base física da unidade territorial do Império e da República, porém fica uma lacuna pertinente aos aspectos históricos do rio, para que se possa fazer um entrelaçamento de dados.

Nesse caso, trazer à luz as peculiaridades microrregionais significa contribuir para o desvelamento dessa dimensão histórica.

O rio São Francisco pertence à região São-franciscana constituída pelas sub-regiões do Alto São Francisco, em Minas Gerais, que vai de suas nascentes até Pirapora-MG, com extensão de 900 km, do Médio São Francisco, de Pirapora a Sobradinho/BA, com extensão de 1.300 km, do Submédio São Francisco, de Sobradinho a Paulo Afonso/PE, com uma extensão de 556 km e do Baixo São Francisco, de Paulo Afonso até a foz, cuja extensão é de 375 km (Figura 1).

Portanto, Pirapora pode ser considerada um nó dessa importante rede, pois se encontra no limite entre o Alto e Médio São Francisco.

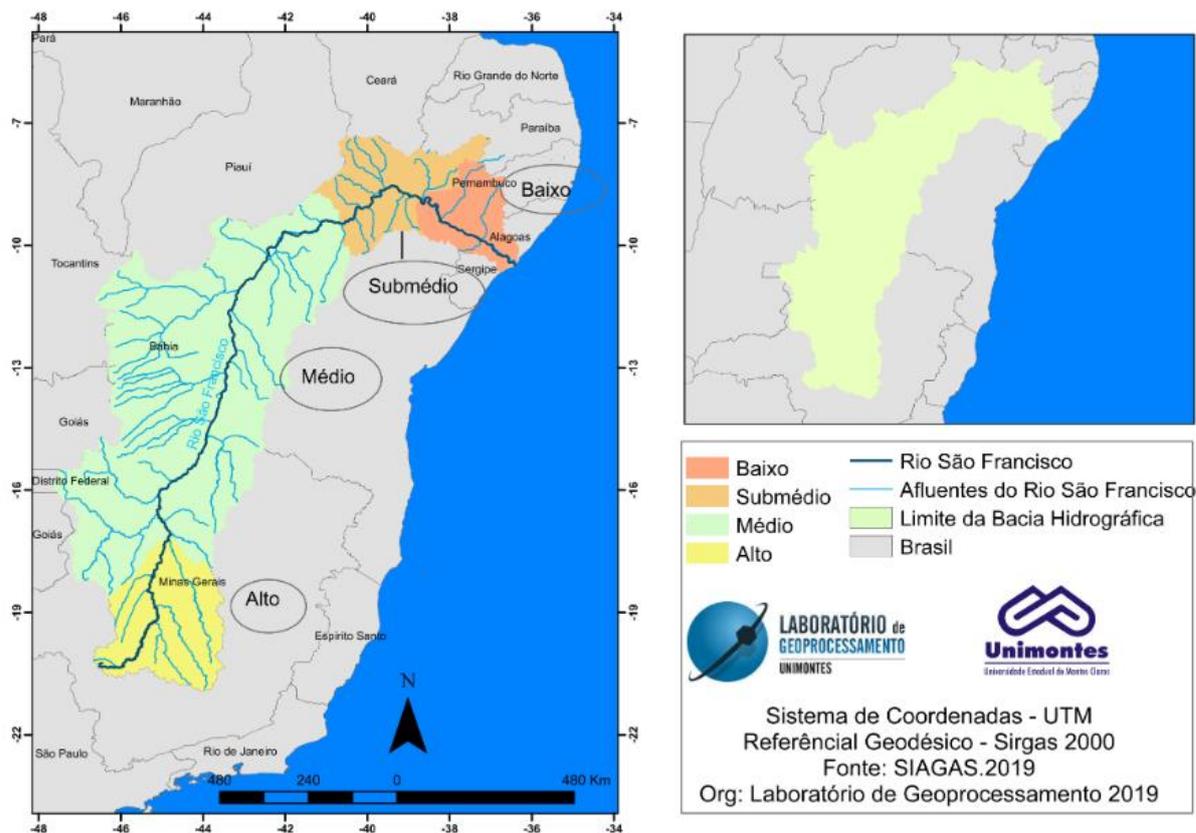
Segundo o Comitê da Bacia do São Francisco – CBHSF, o rio abrange 639.219 Km<sup>2</sup> de área de drenagem (7,5% do país) e vazão média de 2.850 m<sup>3</sup>/s (2% do total do país).

O rio São Francisco tem 2.700 km de extensão e nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, escoando no sentido Sul-Norte pelos estados da Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para Leste, chegando ao Oceano Atlântico através da divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe.

A Bacia possui sete Unidades da Federação – Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%), e Distrito Federal (0,2%) – e 505 municípios (cerca de 9% do total de municípios do país) abrigando cerca de 18.218.575 de pessoas. (IBGE, 2011)

O rio São Francisco é de grande importância para o país, não apenas pelo volume d’água que cruza boa parte do Semiárido brasileiro, mas também pelo potencial hídrico passível de aproveitamento energético e por sua contribuição à história e economia regional e nacional.

**Figura 1 – Divisão Mesorregional da Bacia do rio São Francisco**



Fonte: Organizado pelos autores, 2019.

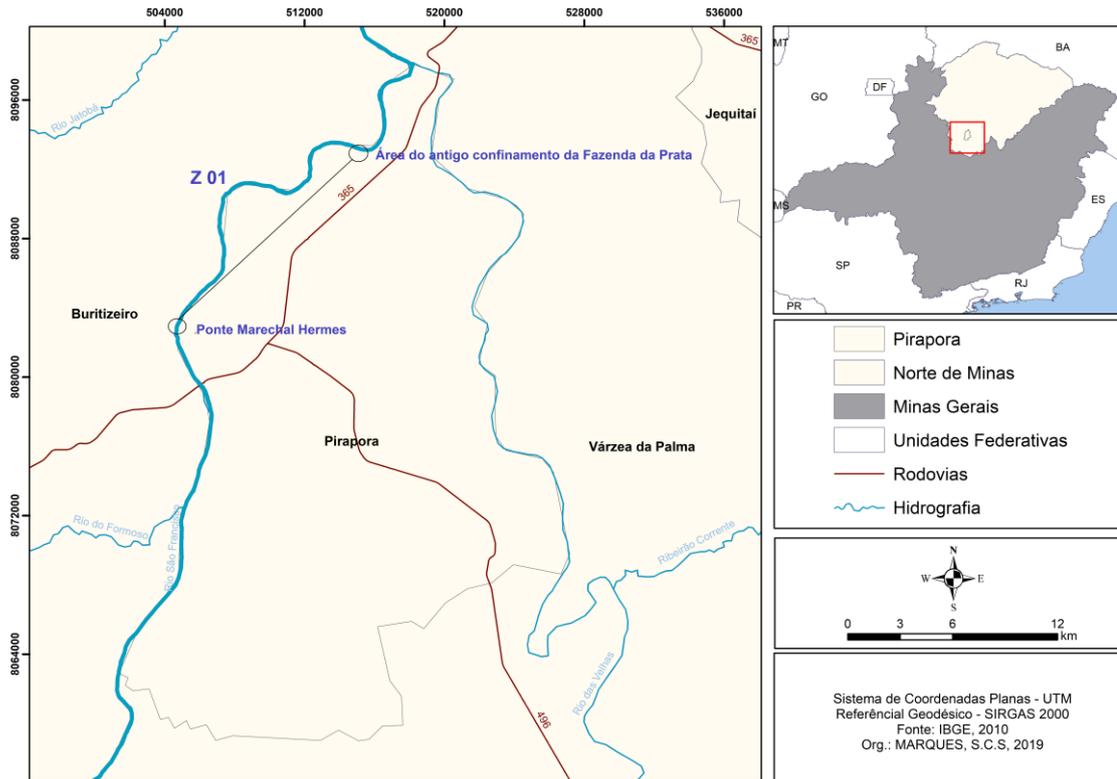
### 3. O “Velho Chico” por Pirapora

Como dito, a área analisada engloba a margem direita do rio São Francisco, na cidade de Pirapora/MG, a partir da Ponte Marechal Hermes até a área do antigo confinamento da Fazenda da Prata, o território da Z – 01 (Figura 2).

Neste contexto, conforme Petreire Jr. (1990), o pescador tem sido reconhecido como um lavrador que perdeu o acesso a terra. Sem o domínio de habilidades para inserir-se no mercado de trabalho urbano, o pescador recorre à pesca como o único recurso para a garantia de sobrevivência da família.

Assim, tanto o atraso quanto o avanço das práticas agrícolas formaram o conjunto das circunstâncias que trouxe famílias de trabalhadores agrícolas nordestinos para o Norte de Minas Gerais, às quais foram se instalando às margens do rio, seguindo o curso do “Velho Chico” entre Januária-MG e Pirapora-MG.

Figura 2 – Z-01 em Pirapora - MG



Fonte: Organizado pelos autores, 2019.

Especificamente na área denominada ‘confinamento da Fazenda da Prata’, localizada à margem direita do rio, na cidade de Pirapora/MG, há um importante grupo de ribeirinhos que construir sua identidade através das práticas tradicionais de uma agricultura simples (cultivo de quiabo, abóbora, mamão, milho, pepino, mandioca e hortaliças) associada à atividade da pesca artesanal.

Os grupos que praticam essas atividades tradicionais sustentam, por consequência, uma relação de dependência com a natureza do lugar, fazendo daquelas paisagens características da cultura e do modo de vida dos ribeirinhos de Pirapora (Foto 1, 2, 3 e 4).

Valendo-se da etnoecologia, podemos situar essa relação no contexto de um conhecimento ecológico tradicional, referindo-se “à noção de “população tradicional” como expressão de um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente, às percepções, aos valores e às estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais.” (BARRETO FILHO, 2006:110).

**Foto 1 – Plantações à margem direita do rio São Francisco/MG: frutas**



Fonte: Trabalho de campo dos autores, 2018.

**Foto 2 – Plantações à margem direita do rio São Francisco/MG: legumes**



Fonte: Trabalho de campo dos autores, 2018.

**Foto 3 – Plantações à margem direita do rio São Francisco/MG: policultura**



Fonte: Trabalho de campo dos autores, 2018.

**Foto 4 – Atividade pesqueira em Pirapora/MG**



Fonte: Trabalho de campo dos autores, 2018.



Não obstante, essa pescadora artesanal sustenta saberes de uma rica geografia local-regional, com subsídios sobre a dinâmica climática e o regime de chuvas, sobre a variedade e vulnerabilidade das espécies em relação ao ambiente, enfim, uma dimensão empírica que garante a manutenção do equilíbrio ecológico na referida escala. Servem inclusive de base para as políticas ambientais de preservação implantadas pelos governos, dada a sua força (e dependência) e íntima relação cultural com os lugares de vivência.

De acordo com Valêncio (2001), as alterações antrópicas e/ou naturais ocorridas no rio São Francisco, transformou os descendentes dos trabalhadores agrícolas em trabalhadores da pesca. Assim, a pesca profissional praticada em bases artesanais (uso de tarrafa e rede), tornou-se uma das atividades mais tradicionais de trabalho no rio São Francisco, havendo milhares de famílias ribeirinhas que se dedicaram e se dedicam a essa ocupação há gerações.

A este respeito Santos (1996 p.83) diz que: “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”.

Enquanto transversal essa paisagem é totalidade, inclui o real-abstrato e o real-concreto, portanto o “Velho Chico” que é o objeto geográfico em questão, pode-se dizer, só se realiza completamente por meio das formas sociais das intencionalidades dos povos que com ele trazem significados ao lugar. Cabe destacar que a referida totalidade é dotada de movimento, metamorfose. (SANTOS, 1996 p. 98).

#### **4. A territorialização barranqueira da Z-01**

Território aqui é entendido como resultado de ações de sujeitos sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993), portanto que são partes constituintes de um todo, e como barranqueiros são edificadores do discurso-rio do “Velho Chico”. As relações de poder são intencionalidades impostas como diferentes usos do rio e sus margens, nesse sentido, o poder “não é nem uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda “produção” que se apóia no espaço e no tempo”. (RAFFESTIN, 1993, p.5-6).

Assim, o espaço é anterior ao território, é a base fixa que sustenta e dialóga com as intencionalidades das ações e relação de poder. O ribeirinho, ao se apropriar desse espaço o territorializa fazendo dele o Território Barranqueiro, a Z-01.

Nesse sentido, cabe destacar a noção de território à luz de Dematteis (1970 *apud* SAQUET, 2007, p. 60):



(...) é uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...) e relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação...) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat etc.), isto é, significa uma complexa combinação de certas relações territoriais.

Esse processo é carregado de luta, resistência e conquistas que, no caso específico das Mulheres do Rio na Z-01 têm estreita relação com a história de legitimação das práticas de pesca, que por ora traçamos um panorama.

Implantadas pela Marinha de Guerra, as primeiras Colônias de Pescadores do Brasil foram idealizadas a partir de 1919. Dois fatores foram de grande importância para essa investida do Estado, o aumento da importação de peixes no início do Século XX, contrariando o potencial pesqueiro do nosso vasto litoral e da diversidade de águas interiores e a preocupação do Estado brasileiro com a soberania do nosso extenso litoral (FERREIRA, 2014, p. 71).

Foi com o “Cruzador José Bonifácio”, embarcação da Marinha do Brasil liderada pelo comandante Frederico Villar que se deu início à organização dos pescadores pelo país, a partir da cidade de Belém do Pará - PA (BENTES FILHO, 2018, p. 47-48).

Ainda, a justificativa para tal empreendimento se baseava no uso dos conhecimentos empíricos dos pescadores, dos ‘segredos’ dos mares e rios, como pressuposto à defesa nacional. Os pescadores conhecem os rios e seus atalhos e também possuem o mapeamento mental da área geográfica do espaço em que praticam a atividade pesqueira, sendo de grande interesse ao Estado tais informações, endossando o lema ‘Pátria e Dever’ como marca para a criação das Colônias.

Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. As relações instituídas entre pescadores e Estado até então, eram caracterizada pelo paternalismo e assistencialismo. O estado prestou serviços como serviço de saúde, doação de materiais para a pesca, e escolas para os filhos dos pescadores com a finalidade de treinamento e militarização para os jovens. Percebe-se que nenhuma menção fora feita ao trabalho da mulher no contexto da atividade pesqueira, ainda que complementar.

Em 1º de janeiro de 1923 houve a criação do primeiro estatuto das Colônias dos Pescadores do Brasil. As colônias foram definidas como ‘agregados associativos’ ou ‘agrupamento de pescadores’ e só poderiam pescar aqueles que fossem matriculados nas Colônias.

Em 1930, na era Vargas, as Colônias de Pescadores foram repensadas através do Decreto nº. 23.672 (DOU, 1934) com a criação da Divisão de Caça e Pesca, objetivando maior controle e gerenciamento da pesca brasileira. Período em que A atividade pesqueira deixa de



estar subordinada ao Ministério da Marinha e passa para o controle do Ministério da Agricultura. Em Janeiro de 1934, ocorreu a elaboração do primeiro código de pesca feito pelo Ministério da Agricultura, subordinando os pescadores à divisão de Caça e Pesca.<sup>1</sup>

Para Cyrino e Trigueiro (2017), no período da Segunda Guerra Mundial (1939- 1945), foi marcante para a atividade, uma vez que introduziram-se novas mudanças na organização dos pescadores artesanais. Destaque para o Decreto-Lei nº 5.030 de dezembro de 1942 (DOU, 1942b), que retomou a jurisdição da pesca ao Ministério da Marinha, com a publicação de diversos e importantes dispositivos legais para fomentar a modernização do setor, disponibilizando crédito com vistas a estimular a industrialização da atividade pesqueira.

Na década de 1960, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967), um novo Código de Pesca foi instituído pelo Regime Militar, substituindo a então Confederação Geral dos Pescadores do Brasil pela Confederação Nacional de Pescadores, impondo nova jurisdição e regulamentação para o funcionamento das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação.

Em 1974 a organização dos pescadores volta a ser subordinada ao Ministério da Agricultura, instituindo um novo e único estatuto para todas as Colônias de Pescadores regulamentado pela então criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), sendo extinta a divisão de Caça e Pesca. Sua função foi assim definida por Moraes (s/d, p. 2),

O novo órgão teve como finalidade a promoção, desenvolvimento e fiscalização da pesca. Com o golpe militar (1964), as relações entre o Estado e os movimentos sociais, de um modo geral, foram cortadas culminando com fechamento dos sindicatos. O novo Código de pesca foi instituído, em pleno AI-5 do regime militar, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, estabelecendo as normas para o exercício da atividade da pesca. Apesar de vários projetos de lei estarem tramitando no Congresso Nacional, é esse decreto que ainda vigora na atualidade.

No final da década de 1960, o Estado incentivou a implantação da indústria pesqueira nacional, principalmente, através de mecanismos como os incentivos fiscais, da isenção de impostos, buscando atingir divisas para o país através da atividade pesqueira industrial.

Em favor dessa nova forma de captura do pescado, a atividade pesqueira artesanal foi perdendo incentivos, e segundo Diegues (1983, p. 137), “a pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais”.

O Estado através da Marinha do Brasil, com a criação das colônias de pescadores,

<sup>1</sup> Descrição histórica fundamentada pela pesquisa da Confederação Nacional de Pescadores e Agricultores. Disponível em <http://www.cnpa.org.br/conhecaCnpa.aspx> Acesso em novembro de 2019.



mapeou o litoral brasileiro com a finalidade de controlar a atividade da pesca e o quantitativo de pescadores, exercendo controle sobre os mesmos através da sua ideologia.

Em 1985, ocorreu a convocação às Federações Estaduais, feita pela Confederação Nacional de Pescadores objetivando realizar assembleias e eleger delegados para compor um grupo denominado de ‘Movimento Constituinte da Pesca’, com finalidade de apresentar propostas aos parlamentares, reivindicando benefícios aos pescadores.

Após a promulgação da nova Constituição, em 05 outubro de 1988, as colônias, sem a intervenção do Estado passaram a ter autonomia e tornaram-se semelhantes em seus direitos sociais aos sindicatos de trabalhadores rurais.

Organizados em colônias, os pescadores passam a ser reconhecidos oficialmente pelo estado como ‘pescadores’, após cadastramento.

O Presidente da República decreta a Lei 10.779 de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003) que dispõe “sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal”.

Assim, os pescadores profissionais artesanais cadastrados passam a ter direito a este benefício durante o período da piracema<sup>2</sup>.

Têm direito a receber o seguro defeso, os pescadores que preencherem os requisitos estabelecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estabeleceu os procedimentos para a concessão do seguro desemprego do pescador artesanal, conhecido como seguro defeso. As orientações para a concessão do benefício estão na Instrução Normativa nº 83, publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta segunda-feira (21/12/2015). Segundo o texto, tem direito a receber o seguro defeso, no valor de um salário mínimo, o pescador artesanal que trabalha de forma ininterrupta e tem sua atividade profissional paralisada durante o período de defeso para a reprodução das espécies. O recebimento de auxílio-doença, salário maternidade e pensão por morte não impedem que o pescador receba o seguro defeso. Segundo o INSS, porém, este não pode exercer outra atividade remunerada durante este período nem receber benefício assistencial. O benefício é pago por no máximo cinco meses. Para requerer o benefício, o pescador deve agendar atendimento, por meio da Central 135 ou na página da Previdência, em qualquer Agência da Previdência Social (APS). O prazo para o requerimento do seguro começa com trinta dias antes da data de início do defeso. Só terá direito ao benefício, o pescador cadastrado no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). (INSS, 2015).

As quatro Colônias de Pescadores (Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária) existentes, estimam em torno de 600 pescadores profissionais, cadastrados ou não, que atuam regularmente.

---

<sup>2</sup> Período de desova dos peixes. Os peixes reofílicos precisam nadar contra a correnteza até as cabeceiras dos rios para reproduzirem. O período da Piracema ocorre entre os meses de outubro a março.

Esse número deve ser considerado com cautela já que as próprias colônias têm a mesma dificuldade que os grupos de pesquisa e órgãos fiscalizadores em estabelecer, com precisão, o número de pescadores profissionais atuantes na região.

Isso porque há profissionais não cadastrados nas colônias que atuam clandestinamente na atividade e amadores que se cadastram como profissionais para utilizar apetrechos somente permitidos a esses últimos.

Segundo dados oficiais, a Colônia Z-01 Pirapora (Foto 5), esta tem 800 profissionais cadastrados mas, segundo declarações extra-oficiais, cerca de 150 atuam com regularidade. Esses números evidenciam de certo modo a instabilidade da atividade e a sua articulação com outras formas de trabalho.

**Foto 5 – Colônia de pesca Z-01**



Fonte: Pesquisa de Campo dos autores, 2018.

As evidências do trabalho de campo constataram que, de maneira geral a família de pescadores artesanais de Pirapora-MG é de um modelo tradicional-patriarcal, composta por pai, mãe, filhos, netos e avós, com perfil sócio-econômico vulnerável, dada a dificuldade de acesso à renda.

A família é, geralmente, autóctone, mas o “chefe”, muitas vezes, guarda uma história de migração do seu tempo de criança, no eixo Nordeste/Centro-Sul. Este veio acompanhado dos pais, fugitivos da seca ou do progresso técnico na agricultura.

A chefia da casa compete normalmente ao homem. A mulher que exerce alguma atividade econômica somente o faz na companhia e como “suporte”. A escassez na oferta de trabalho conduz esses grupos a uma forte dependência da atividade pesqueira.



Alguns dos pescadores admitem que, trabalhar na pesca não foi fruto apenas das adversidades sofridas, mas tornou-se uma opção gratificante de trabalho. Outros resistem em reconhecer na pesca uma garantia à sobrevivência do núcleo familiar, reproduzindo o discurso que desqualifica a atividade, próprio do senso comum que não admite a assunção das mulheres como novidade na garantia mínima de sobrevivência dos referidos grupos sociais.

O que acontece é que a mulher e o homem pescam iguais, mas a mulher não tem o mesmo tempo que o homem porque quando é hora de ir para o rio, o homem pega as coisas dele e vai, mas a mulher não pode ir quando ela quer porque tem que cuidar da casa, levar os meninos para a escola e só vai, a hora que ela está desocupada. Mas, mesmo assim a mulher vai para o rio porque ela tem que ajudar o marido porque ele sozinho não dá conta de sustentar a família, então, nas horas vagas ela vai ajudar ele a pescar. (D. Maria de Lurdes, 50 anos, Pirapora)

Grande parte dos domicílios apresenta o rádio como opção preferencial de entretenimento e informação. A televisão aparece em poucas moradias. Quase não há automóveis e motocicletas na Colônia-Z-01. A bicicleta é o meio de locomoção usual dos pescadores quando estes estão em terra. Dentro d'água locomovem-se por canoas de madeira, muitas das quais produzidas pelo próprio pescador com a ajuda dos colegas.

Com relação ao nível de instrução formal do pescador, predomina o analfabetismo. Muitos pescadores aspiram alfabetizar-se, sendo a montagem de uma escola de adultos, por exemplo, uma reivindicação da Colônia de Pescadores de Pirapora. Em relação aos filhos, a educação escolarizada é vista como uma contraposição necessária ao saber tradicional.

Eu tive que ir para o rio com meu pai e aí, eu aprendi e com isso eu viciiei e continuo pescando [...]. Eu era a mais velha e as outras ficavam em casa ajudando com o serviço, por isso eu não estudei [...] mal sei ler e escrever, mas sei assinar meu nome. (Antônia, 48 anos, Pirapora).

A pesca é única profissão que não tem idade, que não exige estudo porque aonde a gente vai encontrar serviço com a idade de 60 anos, sem estudo? A pesca na idade que eu estou é a única saída porque hoje para ser empregada doméstica tem que ter estudo e, eu não tenho, então é o único serviço que não exige nada de você. (D. Ana, 55 anos, Pirapora)

Não há disposição das famílias em abandonar seus territórios, mas admitem essa possibilidade aos filhos jovens em virtude da escassez de emprego na região e da própria escassez de pescado. O emprego assalariado é uma das aspirações mais fortes dos pais em relação ao futuro econômico dos membros jovens na família. Muito do empenho dos pais na educação escolarizada dos filhos é explicada por essa aspiração.

A pesca no rio São Francisco é realizada com embarcações e equipamentos produzidos artesanalmente pela família, grande parte dos barcos é de madeira, e o remo ou pequenos



motores é a forma de impulsão mais utilizada. Essa função social é predominantemente dos homens, que herdaram as técnicas, também artesanais, de produção das embarcações.

A atividade pesqueira no rio São Francisco, em Pirapora/MG ocorre através do uso de apetrechos monoespecíficos como as tarrafas, anzóis e espinhéis indica a existência de condições ambientais favoráveis à reprodução dos peixes de grande porte e de grande importância econômica.

A tarrafa é bastante utilizada pelos pescadores. Elas têm, em média, altura aproximada de 3m x 3m de abertura (roda) e a malha varia de 8m a 17m. Quando utilizada, a tarrafa necessita de manutenção constante, que é realizada pelos próprios pescadores. O espinhel é um aparelho pouco utilizado pelos pescadores do Alto-Médio São Francisco. Mais utilizado para a pesca de fundo e para a captura de grandes peixes, os pescadores estão deixando de utilizá-lo devido à falta dos peixes como o Surubim e Durado.

O nível tecnológico do pescador repercute na forma como o mesmo reage aos impactos negativos sobre os estoques pesqueiros. Quanto mais rústicos os equipamentos e formas de impulsão da embarcação, menores as chances de explorar um ambiente com escassos recursos pesqueiros ou fugir para explorar um ambiente mais produtivo. Assim, segundo Lins (1983, p. 53),

Em 1987, cada pescador apanhava cerca de 12 kg de peixe por dia de trabalho. Naquela época, surubim era o principal peixe da pesca do barco da colônia de Pirapora. A captura de grandes exemplares era fato corriqueiro. Uma década depois, a captura do barco da colônia de Pirapora caiu para cerca de 3 kg de peixes por dia, por pescador. O surubim já não é o principal peixe da pesca e a captura de grandes exemplares é uma raridade.

A pesca tem ritmo de trabalho ditado pela natureza. Tem a hora de sair, de colocar a rede e recolhê-la, ou jogar a tarrafa. Esses não são desígnios diretos das relações sociais, mas do comportamento dos peixes. A jornada de trabalho é descontínua, mas absorve grande parte do dia, impedindo que o pescador dedique-se a outras atividades simultâneas. Esta diferença de ritmos faz com que a pesca pareça ‘indolente’ e ‘livre’ comparada às outras atividades de tempo demarcado. Isso é mera impressão, pois, ela se constitui em trabalho árduo e contínuo.

A pesca em Pirapora/MG possui três categorias: pesca artesanal, comercial e de subsistência. Cabe salientar que a principal atividade tradicional dos Povos Barranqueiros das margens do rio São Francisco é a pesca artesanal. Nesse sentido, afirma Ramalho (2006 p.29 *apud* CBHSF, 2015, p.132):

A pesca artesanal não pode ser vista como produto das interações com o ambiente e a forma como os(as) pescadores(as) se organizam para se



apropriarem do espaço, mas deve ser pensada na sua dialogicidade com o sistema econômico dominante que, de forma radical, interfere nos sistemas ecológicos desses grupos humanos. A fala dos pescadores artesanais aponta para as interferências sofridas com a opção por um modelo desenvolvimentista implantado na Bacia desde a época do Regime.

A interação do homem com o rio, sua percepção e interpretação vem ocorrendo ao longo dos anos. Na cidade de Pirapora/MG, várias famílias obtêm sua renda através da pescaria. Homens e mulheres às margens do rio São Francisco interligam suas vidas utilizando barcos, canoas, tarrafas e linhas de anzol com a vida do rio. Estes pescadores tradicionais dependem, exclusivamente, dos peixes que os alimentam provenientes do Opará<sup>3</sup>.

Esse contexto é conflituoso da “cerca para dentro da casa” e da “cerca para fora da casa”. Da cerca para dentro, por ocasião das novas funções assumidas pela mulher e seu protagonismo, e da cerca para fora por ocasião dos graves problemas sociais e ambientais, decorrentes da falta emprego e dos impactos à vida do rio.

A escassez do pescado impõe novos ritmos para o Território Barranqueiro, ainda que a etnoecologia seja uma aliada constante dos grupos tradicionais a precarização das relações sociais e ambientais seguem a ritmo intenso.

Devido à influência do rio na vida da população ribeirinha às suas margens, o rio se torna a única fonte de renda para o sustento de várias famílias, tornando-se um rio de trabalho e sobrevivência. Paralelamente, durante os períodos de desova, a fonte de renda passa a ser o seguro defeso, fonte imprescindível à manutenção das famílias barranqueiras (Foto 6).

A cidade de Pirapora/MG inserida nos limites das sub-regiões do Alto e Médio São Francisco tem na sua cultura a marca do Opará. Nas suas ruas e relações, o rio é presente na estrutura e se desdobra em pesca, turismo, indústria e agropecuária, territorializando assim a dinâmica social, econômica e ambiental do lugar.

Desde a época em que em suas margens eram habitadas pelas tribos indígenas Cariris, serviu de fonte de subsistência para a população. Os pescadores ao longo de suas margens, mantém sua dependência social, cultural e econômica com relação às suas águas.

---

<sup>3</sup> Termo indígena para o rio São Francisco, significando rio-mar.

**Foto 6 – Rio São Francisco como sustento familiar**

Fonte: Madeira, 2006.

Nesse sentido, o meio ambiente exerce sua influência sobre as dimensões econômicas e culturais da população local e assim,

[...] soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é a herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. (CHAVAL, 2001 *apud* DUMONT, 2007, p. 63).

Ao longo do trabalho de campo, entre os meses de outubro e novembro de 2018, pôde-se constatar pelas conversas informais que a comunidade pesqueira de Pirapora possui um grande conhecimento empírico sobre o rio e, a cada estação do ano, ela percebe com bastante clareza a grande mudança que ele vem atravessando, devido à ação antrópica desordenada e desrespeitosa. Sofre com a diminuição drástica dos níveis de vazão e dos cardumes, impactos que coadunam com a pauperização das comunidades ribeirinhas e com o definhamento da cultura local.

## **5 As Mulheres do Rio – da subordinação ao protagonismo**

Mesmo participando ativamente das atividades pesqueiras, as *mulheres do rio* ainda são consideradas “ajudantes dos esposos”, sendo seu trabalho muitas vezes feito de forma gratuita



e sem o devido reconhecimento.

Sou esposa de pescador, ajudo na pesca. Às vezes, ele rema o barco e eu solto a rede; após a pesca, limpo os peixes para vender nos barzinhos (sic). Acompanho meu marido na pesca três vezes por semana, pois, tenho que cuidar da casa, dos plantios existentes que com sua venda ajudam na renda familiar e, também; aceito os bicos, ou seja, as frentes de trabalhos temporários de Pirapora. Por causa deste serviço temporário, não sou cadastrada na colônia de pesca Z-01 de Pirapora. (Selmita, 44 anos, Pirapora/MG).

A mulher foi por muito tempo considerada subordinada e excluída, e seu trabalho caracterizado como subalterno e com remuneração inferior a dos homens, mesmo quando exercendo função semelhante. Mulheres delimitadas, em sua maioria, ao espaço doméstico, além de desempenharem o papel reprodutivo. Já aos homens, coube o dito trabalho produtivo, com status de chefe do lar e único responsável pelo progresso familiar.

Conforme Vaitsman (2001 *apud* Caldeira, 2016), as mulheres eram desconsideradas socialmente, com a ausência dos requisitos necessários ao mundo público, ao qual não tinham acesso. Seu lugar era na esfera privada, definida pelas suas relações na família, como filhas e esposas, e não na esfera pública, ou seja, no mercado de trabalho.

Ainda que nas últimas décadas algumas conquistas tenham sido feitas, com destaque para os programas governamentais de acesso ao crédito como o PRONAF Mulher<sup>4</sup>, o fato é que as Mulheres do Rio ainda não têm de fato o reconhecimento de sua força de trabalho, de seus direitos previdenciários, direito à propriedade da terra e o acesso às políticas públicas voltadas, principalmente, para a atividade pesqueira.

A mulher pescadora sempre esteve no papel de ‘esposa de pescador’, e segundo Siliprandre (2004 *apud* Caldeira, 2016) diferente da mulher urbana que reclama dos baixos salários, oportunidades de emprego e qualificação.

Essa mulher pescadora aponta como um dos seus principais problemas as relações de subordinação no âmbito familiar, no processo de trabalho e nas relações afetivas. Esse movimento levou à luta pelo reconhecimento e o rio foi cúmplice desse processo.

Atualmente, o número de famílias às quais a mulher é protagonista do núcleo familiar (viúvas, mães solteiras, separadas etc.) tem aumentado às margens do rio, exercendo seu ofício de pescadora, e são coparticipantes e gestoras dos processos de reprodução social.

Não obstante, necessitam de políticas públicas que atendam aos seus anseios peculiares,

---

<sup>4</sup> Pronaf Mulher: financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.



para continuar vivendo da pesca, ou de qualquer outra atividade que entendam livres para o sustento das suas famílias.

Importante salientar que, mesmo diante da insistente negação do papel social da mulher no contexto das formações sociais, esta tem papel fundamental dentro da lógica estruturante dos sistemas sócio-econômicos pois carregam as raízes do núcleo econômico formador, perpassando a dimensão ideológica sexista.

Nesse sentido, a própria ideologia patriarcalista negadora da função social da mulher não encontra subsídio para se impor diante da assunção do protagonismo na formação da renda principal do tratado núcleo formador. Nesse sentido, cabe destacar,

Produzindo seus meios de subsistência, os homens (e mulheres) produzem, indiretamente, sua própria vida material. A maneira pela qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já dados e que é necessário reproduzir. Não se deve considerar este modo de produção deste único ponto de vista, ou seja, que ele é a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele representa, antes, já um modo determinado de atividade destes indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado (MARX, 1953, p. 11-12).

O emponderamento dessas mulheres através do trabalho da pesca significa a capacidade de fazer representar sua visão de mundo e, até mesmo, trazer mudanças nas relações sociais nas quais estão inseridas.

[...] o emponderamento implicaria a “alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher”, e pode ser percebido nas dimensões econômicas, sociais e políticas, representando aumento de renda, melhoria na qualidade de vida, capacidade de questionamento de sua posição de submissão e ampliação na participação no poder (DEERE e LEÓN, 2002, *apud* CALDEIRA, 2016, p. 38).

Para melhor compreensão e entendimento do ‘eu’ da mulher pescadora da região de Pirapora/MG, diversas conversas informais aconteceram, procurando deixá-las à vontade e captar toda a sua querência, sofrência, angústias e realizações na sua relação com o rio.

Elas informaram que possuem uma renda salarial vinda sobretudo de programas assistenciais como o Bolsa Família, assim como um nível escolar baixo.

Porém, têm um importante conhecimento em relação ao ambiente, dos seres desse ambiente, além de afinidades com o espaço que convivem.

Durante as conversas informais com as pescadoras (Foto 7), observou-se a grande importância do rio para a manutenção da vida local, percebendo-se alto grau de nostalgia, descrença e inconformismo diante do futuro do rio.

**Foto 7 – Pescadoras do rio São Francisco em Pirapora**



Fonte: Trabalho de campo.

A ação antrópica desordenada vem causando transformações gradativas que forjam outras estratégias de convivência, reduzindo as perspectivas em relação ao bom uso de suas águas, levando por consequência à pauperização generalizada à cavado desse objeto geográfico que ainda é sinônimo de “desenvolvimento” para os projetos de governo no país.

## **6. O dia-a-dia da mulher ribeirinha do Opará**

O dia é árduo, inicia-se às 4 ou 5 da manhã e logo tem-se a missão de cuidar do esposo, filhos, casa, plantações e, se o dia for bom e o peixe aparecer, a pesca.

Para elas a vida é difícil, dura, porém, não se imaginam fazendo outra coisa, e menos ainda, morando num outro lugar que não seja à margem do rio São Francisco/MG. Elas herdaram esta vida das suas mães que, assim como elas, também herdaram das suas mães. Sentem saudades da época da fartura, quando as coisas eram mais fáceis, e o rio mais generoso, porque era mais preservado.

Sonham, todavia, com uma vida melhor para seus filhos. Sonham em vê-los estudando, formados e com oportunidades que elas nem sabiam que existiam. Para elas, a vida é do jeito que é.

A pescadora Dona Flor (Foto 8) é uma das pescadoras mais antigas de Pirapora/MG. Com 89 anos não consegue imaginar o sustento de sua família vindo de outra fonte. A sua família até hoje vive da atividade pesqueira, passada de geração a geração. Exatamente, como as outras famílias.

**Foto 8: Dona Flor, mulher do rio.**



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Assim, é possível constatar que a mulher ribeirinha é a principal formadora do núcleo familiar e de sustentação do território barranqueiro, seja com fonte de renda complementar, seja como garantia de sobrevivência básica.

Esse movimento é consequência da saída dos maridos em busca de assalariamento ou outra fonte de renda, cujo argumento principal é a incapacidade de provimento do rio, contestado pela atuação feminina.

Uma diferenciação básica dos olhares sobre o rio, uma vez que os homens o pensam como fonte de renda, enquanto que as mulheres o vêem como fonte de alimento.

Essa é a mulher pescadora, *Mulher do Rio*, dona de casa, mãe e símbolo de resistência de um povo cuja cultura atravessa os sistemas sócio-político-econômicos e acumula saberes e fazeres de uma íntima relação entre sociedade e meio ambiente. Ela se desdobra em diversas funções para não deixar faltar o mínimo para o sustento do lar e desse desdobramento produz a mais rica cultura regional às margens do imponente “Velho Chico”.

A pescadora Selmita (Foto 9) apresenta a área onde ela lavra a terra e cultiva suas plantações (milho, mandioca, pepino, quiabo, abóbora, mamão e pimenta) às margens do rio São Francisco/MG, mais precisamente atrás do antigo confinamento da Fazenda da Prata. Os produtos são vendidos ao comércio de Pirapora/MG e complementam a renda familiar.

### Foto 9 – Pescadora-plantadora



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Além dos produtos cultivados, os peixes apanhados por elas na pescaria têm diversas finalidades, atendem ao consumo familiar e também são vendidos ao comércio. Quando não estão pescando, cuidam das plantações, sejam elas nos quintais de suas casas ou na vazante do rio, ritmadas pelo movimento das águas (Foto 10).

O processo de territorialização barranqueira fica, portanto, atrelado à lógica capitalista que reorienta os núcleos da família de forma a contemplar as demandas do trabalho do núcleo familiar. Não obstante, o território material arrumado pelo curso do rio ajusta-se à referida dinâmica, numa evidente articulação homem&meio cujos desdobramentos estão ilustrados pela ocupação das margens e da reprodução social das famílias ribeirinhas.

Foto 10 – Vazanteiros



Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Ainda, com relação especificamente ao trabalho humano e os reflexos na organização imediata do cotidiano dos grupos,

Henri Lefebvre, afirma que o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder. Também, alerta para os signos da vida cotidiana. O território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. (SAQUET, 2007:66)

Portanto, os Territórios Barranqueiros estão inseridos nessas diferentes dimensões do espaço, do solo ao poder que marca a vida peculiar dessas mulheres (e homens) do rio, desvelando uma sincronia provocadora que demanda outras especulações, afim de, traduzir algo genuíno que ocorre num ponto do “Velho Chico”, a histórica cidade de Pirapora em Minas Gerais, no Alto Médio rio São Francisco.

Essa gama de atividades denota a resistência do camponês às margens do rio São Francisco em Pirapora, sujeitos ativos de um modo de vida peculiar e que são parte imprescindível da engrenagem do desenvolvimento local.

Essas pescadoras, juntamente com os seus esposos cultivam suas plantações, criam seus animais, confeccionam redes de pesca, resistem e sustentam uma cultura secular às margens do



rio conforme atrelando o seu tempo de vida ao tempo das águas, das cheias e vazantes.

A pesca para essas mulheres é motivo de orgulho e de alegria. Algumas chegam a dizer que ser pescadora é fazer parte do mundo, outras, não aprenderam a ler (tiveram vontade, contudo, não conseguiram por diversos motivos, entre eles a criação dos filhos), outras ainda relataram que se casaram entre quatorze e dezesseis anos de idade, constituindo famílias com cinco, seis e até dezessete filhos.

Uma das maneiras de se divertirem ocorre quando o grupo de mulheres pescadoras reúne-se na beira do rio, sem os maridos, e ali pescando, contam casos e casos, batendo um bom papo, confidenciando assuntos familiares.

Do grupo de pescadoras entrevistadas encontramos declarações de devoção à Nossa Senhora Aparecida, ao Senhor Santos Reis, à Nossa Senhora dos Navegantes e à Rainha do Mar, Iemanjá, evidenciando o sincretismo ribeirinho.

Em suas residências é possível perceber as diferentes práticas religiosas através das imagens dos Santos de sua devoção. Essas mães, avós e bisavós pescadoras reafirmam a resistência com relação às atividades de pesca, garantindo sua reprodução social há várias gerações.

Essa diversidade cultural é parte de um vínculo histórico entre a Bahia e Minas Gerais, movimento que se manifesta tanto na religiosidade quanto na culinária, nas danças e no modo de vida local.

As pescadoras ribeirinhas da cidade de Pirapora/MG trabalham com dedicação, aprendem e ensinam, diariamente, a preservar o seu local de trabalho, de onde tiram o seu sustento familiar, o velho rio São Francisco.

## 7. Considerações Finais

Se a motivação para iniciar essa pesquisa foi a curiosidade e encantamento despertado pela história do rio, das mulheres que dele tiram o seu sustento na atividade pesqueira e da sua importância como garantidora da sobrevivência básica da família, ao finalizar a empreitada, através do aporte dos dados primários, sobretudo, pela convivência e entrevistas dialogadas com as pescadoras, pode-se inferir que estas *mulheres do rio* são resistência.

São mulheres que não se veem fazendo outra coisa, vivendo em outro lugar, pois se garantem com a profissão que lhes foi transmitida de geração em geração, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

Ao analisar a realidade das pescadoras foi possível identificar suas condições de trabalho



e seus modos de vida ribeirinhos, cujas diversidade de afazeres denota a luta pelo sustento das suas famílias.

As condições de vida e de trabalho difíceis para as pescadoras, cheias de obstáculos e sofrimentos sentidos na pele (frio, dores nas articulações, câimbras etc.) e na alma (preconceito, desvalorização, falta de reconhecimento, entre outros), além dos impactos ambientais sofridos pelo rio, levando-as a evitar esse futuro aos seus filhos, numa dialética entre a história e o futuro, de afirmação e negação às margens de um rio emblemático.

Ser pescador artesanal no rio São Francisco/MG não significa apenas estar registrado como tal numa colônia de pescadores, significa, antes de tudo, trazer consigo experiências cotidianas de íntima relação com o rio-discurso, que dinamiza a vida desses grupos sociais relevantes para a história e geografia locais, que empreendem uma marca à cidade de Pirapora e, por esse motivo, precisam ter suas práticas, saberes e fazeres desnudados para então conquistarem o reconhecimento de fato.

Significa, por exemplo, compreender que pescar nos dias de hoje não é a mesma coisa que na década de 1960, quando a piscosidade do rio São Francisco/MG era abundante, quando o rio era conhecido como o “Nilo brasileiro”, por causa das suas cheias, que fertilizavam os terrenos das margens. As águas invadiam as margens menos elevadas, arrebatando de uma hora para a outra, casebres, animais e roças. Mais uma vez, percebe-se a dialética existente na vida dos pescadores. Sentem saudades de épocas passadas quando o rio São Francisco/MG vivia cheio, sustentavam suas lendas (minhocão, caboclo D’água e mãe D’água) aportava o vapor Benjamin Guimarães e faziam mágicas as suas viagens até Juazeiro/BA.

A partir destes contrastes é que as pescadoras parecem forjar uma visão de mundo própria no que se refere ao que foi o rio para elas e suas famílias e ao que significa esse mesmo rio nos dias de hoje, bem como aos sentidos atuais que dão à própria profissão de pescadora. Nessa construção simbólica da mulher e do rio, do trabalho e de si mesmas, essas mulheres agem, atuam e fazem escolhas, decidem seus rumos, em meio às tensões e incertezas encontradas no universo do trabalho com a pesca.

Logo, se o rio nem sempre “dá” o peixe que a pescadora tanto precisa, outros recursos garantem-lhes a sobrevivência, independente da origem, uma vez que o que se busca é a manutenção da vida e, por esse motivo, água e terra são essenciais para completar esse processo de empoderamento e instauração de outro olhar sobre as relações entre a sociedade e seu meio.

Essas atoras impõem-se por sua territorialização, ou seja, pelo estabelecimento de uma relação material com o solo-água e desta com a pesca, os peixes, a lavoura, a comunidade.



## 8. Referências

BARRETO FILHO, H. **Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma nação.** In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (Eds.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.* São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.

BENTES FILHO, Giovanni Roberto P. **Do Norte ao Sul: missão do Cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930).** (Dissertação) CCHLA/PPGH/UFRN. Natal-RN, 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a criação do novo Código de Pesca.** Sistema de Consulta à Legislação do MAPA. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/legislacao>> Acesso em: fev. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei 10.779 de 25 de novembro de 2003. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm) acesso em fev. 2019.

CALDEIRA, A. B. (Org). **A paisagem cultural de Montes Claros e região.** Montes Claros: Unimontes, 2016.

CYRINO, C. de O.; S.; TRIGUEIRO, A. **A política pesqueira e a estratégia de modernização da pesca: considerações sobre a condução militar naval na criação das colônias de pescadores (2017).** Anais 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16486/11346>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES JÚNIOR, M. **“A base física do Império” – História da Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

DOU (1934) - Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934 - **Aprova o Código de Caça e Pesca.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/1/1934, p. 866. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>.

DOU (1942b) - Decreto-Lei nº 5.030, de 4 de dezembro de 1942 - **Cria a Comissão Executiva da Pesca e dá outras providências.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/1/1943, p.993 (Republicação). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5030-4-dezembro-1942-415196-republicacao-67858-pe.html>.

DUMONT, S. R. T. **São Francisco – Caminho Geral do Sertão: Cenário de vidas de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro Norte de Minas Gerais.** (Dissertação) PPG/Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

FERREIRA, Grazielle. **Comunidade de Pescadores Artesanais no Lago de Itaipu –**



**Conflitos Territoriais na Colônia Z11 de São Miguel do Iguçu – PR.** (Dissertação) PPGeografia - UNIOESTE – Francisco Beltrão – PR, 2014.

FRANCO, A. A. de M. **Problemas políticos brasileiros**, Rio de Janeiro: José Olympio, p. 190-191, 1975.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Estimativa da População Brasileira, 2011.

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social – Seguro Defeso. Instrução Normativa nº 83, publicada no Diário Oficial da União – DOU - 21/12/2015.

LINS, W. **O Médio São Francisco – uma sociedade de pastores e guerreiros.**(3 ed) São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

MADEIRA, Thais Fernanda Leite. **A caminho do rio: um estudo sobre as relações de gênero e meio ambiente dos pescadores do Alto-Médio Rio São Francisco.** (Dissertação) CCH/PPGCS-UFSCar, São Carlos, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. **L'idéologie Allemande.** Paris: Editions Sociales, 1953.

MORAES, S. C. de. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania** (s/d). Prof. do DFE/UFPA – Campus de Bragança. CPP – Conselho Pastoral de Pescadores. Disponível em: <https://cppnorte.wordpress.com> Acesso em novembro de 2019.

PETRERE Jr, M. “As comunidades humanas ribeirinha da Amazônia e suas transformações sociais”. In DIEGUES, A, C (orgs). **Populações humanas, rios e mares da Amazônia.** Coletânea de trabalhos apresentado no IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

VALÊNCIO, N. **Condições de vida e trabalho do pescador profissional artesanal de água doce do alto-médio São Francisco.** Relatório final da parte sócio-econômica do projeto “Bases para a conservação e restauração dos recursos pesqueiros do alto-médio São Francisco”, 2001.